

MINUTA do Anexo I – Deliberação do CBH-SMT nº 405/19, de 18/12/2019

**CRITÉRIOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA HIERARQUIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS
VISANDO À OBTENÇÃO DE RECURSOS DO FEHIDRO (COMPENSAÇÃO
FINANCEIRA/ROYALTIES E DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS) NA UGRHI
10 – EXERCÍCIO 2020**

Art. 1º - Os investimentos com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, correspondentes à quota-parte do CBH-SMT da compensação financeira/royalties e aos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao exercício 2020, bem como a saldos remanescentes decorrentes de cancelamento de contratos e de outros encaminhamentos dados no âmbito da Secretaria Executiva do FEHIDRO – SECOFEHIDRO, disponíveis para indicação pelo CBH-SMT, serão distribuídos como segue:

I - até 10% (dez por cento) em empreendimentos enquadrados no PDC 1 – Bases Técnicas em Recursos Hídricos e no PDC 2 – Gerenciamento dos Recursos Hídricos (GRUPO 1);

II - até 60% (sessenta por cento) em empreendimentos enquadrados no PDC 3 – Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas, nos sub-PDCs 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 (GRUPO 2);

III - até 10% (dez por cento) em empreendimentos enquadrados no PDC 5 – Gestão da Demanda da Água, no sub-PDC 5.2 (GRUPO 3);

IV - até 10% (dez por cento) em empreendimentos enquadrados no PDC 4 – Proteção dos corpos d'água, no sub-PDC 4.2 (GRUPO 4);

V - até 10% (dez por cento) em empreendimentos enquadrados em outros PDCs (GRUPO 5).

Parágrafo único - Devem ser descontados do montante de recursos do FEHIDRO para investimentos o montante previsto para o custeio da FABH-SMT no Plano de Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso da Água, bem como outros recursos que se enquadrarem no previsto no artigo 3º desta Deliberação.

Art. 2º - A indicação de empreendimentos e seus tomadores de recursos, a ser realizada conforme disposto nesta Deliberação, deve atender aos percentuais e fontes mencionados no artigo 2º, tendo por base a hierarquização de empreendimentos inscritos e pré-qualificados fundamentada em análise de pontuação a ser realizada pela Fundação Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (FABH-SMT), conforme previsto no inciso IX, do artigo 1º, desta Deliberação.

§ 1º - A análise de pontuação mencionada no *caput* utilizará os critérios de pontuação definidos neste Anexo, os quais são compostos de critérios comuns e específicos.

§ 2º - Os critérios comuns de pontuação serão aplicados a todos os empreendimentos pré-qualificados.

§ 3º - Os critérios específicos de pontuação serão aplicados complementarmente aos critérios comuns, para os seguintes GRUPOS de empreendimentos:

a) GRUPO 1: Empreendimentos passíveis de enquadramento no PDC 1 – Bases Técnicas em Recursos Hídricos e no PDC 2 – Gerenciamento dos Recursos Hídricos;

b) GRUPO 2: Empreendimentos passíveis de enquadramento no PDC 3 – Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas;

c) GRUPO 3: Empreendimentos passíveis de enquadramento no PDC 5 – Gestão da Demanda da Água;

d) GRUPO 4: Empreendimentos passíveis de enquadramento no PDC 4 – Proteção dos Corpos d'água;

e) GRUPO 5: Empreendimentos passíveis de enquadramento e outros PDCs.

§ 4º - A pontuação final para hierarquização de empreendimentos inscritos e pré-qualificados será calculada mediante a soma da pontuação dos critérios de pontuação comuns com a dos critérios de pontuação específica.

§ 5º - A hierarquização dos empreendimentos será realizada individualmente para cada um dos GRUPOS, mencionados nos incisos I a V do artigo 1º deste Anexo, considerando os critérios comuns e específicos aplicáveis.

§ 6º - Nos casos em que se verificar, após a hierarquização, excedente de recursos para distribuição dentro de cada GRUPO, os excedentes serão remanejados para outros GRUPOS, na seguinte ordem de prioridade: GRUPO 2 > GRUPO 1 > GRUPO 4 > GRUPO 3 > GRUPO 5.

§ 7º - Os remanejamentos descritos no § 6º deste artigo observarão o disposto no artigo 2º da Deliberação CRH nº 188/16.

Art. 3º - São pré-requisitos para a inscrição na **PRÉ-QUALIFICAÇÃO** de solicitações de recursos, além dos previstos no Manual de Procedimentos Operacionais do FEHIDRO:

I - Elaboração de planos e de projetos devem possuir Valor Global mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais);

II - Execução de projetos e de obras devem possuir Valor Global mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);

III - Os empreendimentos inscritos não poderão contemplar, no custo da parcela a ser financiada, a aquisição de veículos de qualquer espécie;

IV - A previsão da elaboração de projetos e execução de obras de saneamento básico, isto é, aqueles relacionados aos serviços de saneamento básico previstos na Lei Federal nº 11.445/2007 (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana), deverá constar no Plano Municipal de Saneamento Básico ou em outros planos específicos referentes a partes ou ao todo dos serviços de saneamento básico supramencionados, o qual deverá estar devidamente aprovado pelo proponente ou parceiro, devendo também o candidato a tomador apresentar justificativa técnica embasada nas prioridades do referido plano;

V - Para o caso da execução de projetos de reflorestamento, os empreendimentos deverão: contemplar área de, no mínimo, 5 (cinco) hectares, contíguos ou não; apresentar Certidão Negativa de Multa emitida pelos Centros Técnicos Regionais da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade - CFB, provando que a área não foi multada anteriormente por desmatamento; anuência dos proprietários da área, acompanhada de matrícula atualizada (até seis meses) ou outro documento comprobatório legalmente aceito; e inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

VI - Para usuários de recursos hídricos, apresentar a Declaração de Adimplência relativa ao pagamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos;

VII - Demais pré-requisitos previstos no MPO vigente.

§ 1º - Não serão financiados empreendimentos cujo objeto já tenha sido previamente executado com recursos do FEHIDRO ou de outras fontes de recursos financeiros.

§ 2º - A verificação relativa ao disposto no § 1º deste artigo será realizada, no que couber, durante a análise de pré-qualificação prevista no inciso II, do artigo 1º desta Deliberação.

§ 3º - O não atendimento aos pré-requisitos especificados neste artigo será motivo para indeferimento na análise de pré-qualificação.

Art. 4º - O candidato a tomador de recursos poderá inscrever até 2 (dois) empreendimentos para que sejam submetidos à análise, hierarquizados pelo CBH-SMT e, posteriormente, indicados para financiamento.

Art. 5º - Poderão ser solicitados financiamentos para:

I - elaboração de pesquisas, estudos, planos e projetos;

II - execução de serviços e projetos;

III - equipamentos que possam ser instalados imediatamente após sua aquisição ou que serão utilizados em empreendimentos em implantação;

IV - execução de obras que possam entrar em funcionamento imediatamente após sua conclusão.

Art. 6º - Constituem critérios comuns de pontuação, a serem avaliados para todos os empreendimentos qualificados, os apresentados abaixo:

I - Tipo de financiamento:

- a) financiamento reembolsável: 5,0 pontos;
- b) financiamento não-reembolsável: 0,0 pontos.

II - Eficiência no uso dos recursos do FEHIDRO:

- a) o candidato foi Tomador e teve a maioria dos seus empreendimentos indicados concluídos ou o candidato possui contrato assinado há menos de 4 anos e não concluído: 10 pontos;
- b) o candidato nunca foi Tomador: 5 pontos;
- c) o candidato possui contrato assinado há mais de 4 anos e não concluído: 2 pontos;
- d) o candidato foi Tomador e teve contrato cancelado nos últimos 4 anos: 0 pontos.

III - Contrapartida oferecida acima do mínimo previsto no MPO (conforme item 4.1.3.2):

- a) maior que 20%: 10 pontos;
- b) maior que 10% e até 20%: 7 pontos;
- c) maior que 5% e até 10%: 5 pontos;
- d) até 5%: 3 pontos.

Parágrafo único - Em relação ao critério disposto no inciso II deste artigo: considera-se “Tomador” o proponente que possui contrato assinado com o agente financeiro do FEHIDRO; as análises relativas aos empreendimentos indicados serão efetuadas considerando as indicações realizadas pelo CBH-SMT entre 2014 e 2018.

Art. 7º – Constituem critérios específicos de pontuação a serem avaliados para os empreendimentos enquadrados no GRUPO 1:

I - Objetivo do empreendimento:

- a) Realização de estudo, cadastro, levantamento ou plano caracterizado como de “alta prioridade” no Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10¹: 7 pontos;
- b) Realização de estudo, cadastro, levantamento ou plano caracterizado como de “média prioridade” no Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10: 5 pontos;
- c) Realização de estudo, cadastro, levantamento ou plano caracterizado como de “baixa prioridade” no Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10: 3 pontos.

II - Abrangência do empreendimento:

- a) toda a UGRHI 10: 10 pontos;
- b) a totalidade de, ao menos, uma sub-bacia da UGRHI 10: 7 pontos;
- c) restrita à área de dois a quatro municípios: 5 pontos.
- d) restrita à área de apenas um município: 3 pontos.

¹ De acordo com as prioridades para a gestão destacadas nas Tabelas 49 a 57 do Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10 (pág. 358 a 362).

Art. 8º - Constituem critérios específicos de pontuação a serem avaliados para os empreendimentos enquadrados no **GRUPO 2**:

I - Tipo de empreendimento:

- a) obra cujo projeto foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso de recursos hídricos: 5 pontos;
- b) obra cujo projeto não foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso de recursos hídricos: 4 pontos;
- c) equipamento cujo projeto financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso de recursos hídricos: 3 pontos;
- d) equipamento cujo projeto não foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso de recursos hídricos: 2 pontos;
- e) serviço cujo Projeto/Termo de Referência foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelo uso de recursos hídricos: 1 ponto;

II - Objetivo do empreendimento:

- a) ETES; tratamento de chorume; tratamento de lodo de ETA e ETE: 10 pontos;
- b) coletores-tronco, emissários, elevatórias de esgoto, interceptores (transporte e afastamento) que se interliguem a uma ETE em operação: 8 pontos;
- c) coletores-tronco, emissários, elevatórias de esgoto, interceptores (transporte e afastamento) que se interliguem a uma ETE em construção: 6 pontos;
- d) projeto executivo de obra relacionada à abrangência do sub-PDC 3.1: 3 pontos.
- e) termo de referência para contratação de serviço relacionado à abrangência do sub-PDC 3.1: 2 pontos.

III - Localização do empreendimento², para os passíveis de enquadramento no sub-PDC 3.1:

- a) empreendimentos localizados em municípios com valores, em 2018, do Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município – ICTEM, do entre 0 e 5: 5 pontos;
- b) empreendimentos localizados em municípios com valores, em 2018, do Indicador de Coleta Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município – ICTEM, entre 5,1 e 7,5: 3 pontos;
- c) empreendimentos localizados em municípios com valores, em 2018, do Indicador de Coleta Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município – ICTEM, maior que 7,5: 1 ponto.

Parágrafo único - Quando o empreendimento envolver mais de um dos itens relacionados no inciso II, a pontuação será feita com base na média ponderada dos pontos atribuídos em cada item, em relação aos valores (em R\$) dos itens considerados.

Art. 9º - Constituem critérios específicos de pontuação a serem avaliados para os empreendimentos enquadrados no **GRUPO 3**:

I - Tipo de Empreendimento:

- a) obra cujo projeto foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelos uso de recursos hídricos: 5 pontos;
- b) obra cujo projeto não foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelos uso de recursos hídricos: 4 pontos;
- c) equipamento cujo projeto financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelos uso de recursos hídricos: 3 pontos;

²

Valores de ICTEM conforme os constantes do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 da UGRHI 10.

d) equipamento cujo projeto não foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelos uso de recursos hídricos: 2 pontos;

e) serviço cujo projeto/Termo de Referência foi financiado com recursos da compensação financeira/royalties e cobrança pelos uso de recursos hídricos: 1 ponto;

II - Objetivo do empreendimento:

a) Execução de programas de controle de pressão no sistema de distribuição: 5 pontos;

b) Execução de monitoramento de unidades operacionais voltadas para o tratamento, reservação e distribuição de água (telesupervisão/ telecomando/ automação); programas de medição (macromedidores/hidrometração), e programas de cadastro técnico: 4 pontos;

c) Programas de recuperação e controle de nível de reservatórios e readequação de redes e ramais: 3 pontos;

d) Elaboração de termo de referência ou projeto executivo relacionados à execução de obra ou contratação de serviço relacionados à abrangência do PDC 5: 2 pontos.

III - Localização do empreendimento³:

a) empreendimentos localizados em municípios com valores do índice de perdas no sistema de distribuição de água, em 2017, maior que 40%: 5 pontos;

b) empreendimentos localizados em municípios com valores do índice de perdas no sistema de distribuição de água, em 2017, entre 25 e 40%: 3 pontos;

c) empreendimentos localizados em municípios com valores do índice de perdas no sistema de distribuição de água, em 2017, abaixo de 25%: 1 ponto.

Parágrafo único - Quando o empreendimento envolver mais de um dos itens relacionados no inciso II, a pontuação será feita com base na média ponderada dos pontos atribuídos em cada item, em relação aos valores (em R\$) dos itens considerados.

Art. 10 - Constituem critérios específicos de pontuação a serem avaliados para os empreendimentos enquadrados no GRUPO 4:

I - Objetivo do empreendimento:

a) Restauração florestal a ser realizada em Área de Preservação Permanente (APP) adjacente a nascentes, a montante de captação para abastecimento público municipal e áreas de recarga do aquífero Guarani: 5 pontos;

b) Restauração florestal a ser realizada em áreas com muito alta, alta e média susceptibilidade a erosão⁴: 3 pontos;

c) Restauração florestal em trechos de cursos d'água inseridos em Unidades de Conservação (UCs): 1 ponto.

II - Localização do empreendimento:

a) empreendimentos localizados nas sub-bacias Alto Sorocaba e Médio Sorocaba: 5 pontos;

b) empreendimentos localizados na sub-bacia Alto Médio Tietê: 3 pontos;

c) empreendimentos localizados na sub-bacia Médio Médio Tietê: 1 ponto.

§ 1º - A pontuação obtida de acordo com o inciso I será cumulativa caso se verifique compatibilidade com um ou mais dos critérios previstos nas alíneas "a" a "c", devendo ser somada a pontuação referente a cada critério compatível.

§ 2º - Consideram-se áreas a montante de captação para abastecimento público municipal, para fins de obtenção da pontuação de que trata a alínea "a", trechos de cursos d'água ou represamento que contribuam diretamente para captação de recursos hídricos por um ou mais sistemas de abastecimento público municipais.

³ Valores de índices de perdas conforme os dados gerados pelo Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS) utilizados para elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2019 da UGRHI 10.

⁴ Conforme mapa de "Áreas susceptíveis à erosão, escorregamento e/ou assoreamento", disposto na página 95 do Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10.

Art. 11 - Constituem critérios específicos de pontuação a serem avaliados para os empreendimentos enquadrados no **GRUPO 5**:

I - Objetivo do empreendimento:

a) Ações de educação ambiental (EA) abordando em seu conteúdo didático as áreas críticas e as prioridades para gestão de recursos hídricos definidas no Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10⁵: 7 pontos;

b) Ações de educação ambiental e capacitação voltadas à comunicação, mobilização, difusão e disseminação de informações sobre a estrutura e funcionamento do CBH-SMT e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos: 5 pontos.

II – Público-alvo do empreendimento:

a) ações envolvendo EA formal e informal: 5 pontos;

b) ações envolvendo EA formal: 3 pontos;

c) ações envolvendo EA informal: 1 ponto.

III - Abrangência das ações previstas pelo empreendimento:

a) toda a UGRHI 10: 7 pontos;

b) a totalidade de, ao menos, uma sub-bacia da UGRHI 10: 5 pontos;

c) restrita à área de dois a quatro municípios: 3 pontos.

d) restrita à área de apenas um município: 1 ponto.

Parágrafo único - A pontuação obtida de acordo com o inciso I será cumulativa caso se verifique compatibilidade concomitante com os critérios previstos nas alíneas “a” e “b”, devendo ser somada a pontuação referente a cada critério.

Art. 12 - Serão considerados para o desempate entre empreendimentos internamente nos GRUPOS aos quais estes se enquadrem, os seguintes itens, sucessivamente:

I - maior pontuação relacionada à eficiência no uso dos recursos do FEHIDRO pelo Tomador (inciso II do artigo 6º, deste Anexo);

II - maior contrapartida, nos termos do inciso III do artigo 6º;

III - maior pontuação obtida nos critérios de pontuação específica, no que couber;

IV - maior população beneficiada, conforme previsto no Projeto/Termo de Referência;

V - maior pontuação relacionada ao tipo de financiamento empreendimento, nos termos do inciso I do artigo 6º;

VI - sorteio.

Art. 13 - Para empreendimentos cuja implantação se der em parceria com outras entidades (públicas ou privadas), o respectivo tomador deverá apresentar, também, as Certidões Negativas de Débito do INSS, FGTS e Tributos Federais, dentro da validade, dos respectivos parceiros.

Art. 14 - As propostas de resolução de casos omissos no que se refere ao conteúdo deste anexo, devem ser formuladas pela FABH-SMT e avaliadas pela CT-PLAGRHI na reunião prevista no inciso X do artigo 1º desta Deliberação.

⁵ De acordo com a Tabela 74 (pág. 348) do Plano de Bacia Hidrográfica 2016-2027 da UGRHI 10.